

**SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA DA SECRETARIA EXECUTIVA
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**Ref.: Dispensa de Licitação nº 140/2020 (“Procedimento de Dispensa”)
Contrato Administrativo nº 250/2020 (“Contrato”)
Processo nº 25000.114385/2020-74 (“Processo Administrativo”)**

LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA (“Thermo Fisher”), já qualificada nos autos do Processo Administrativo, vem, por seu representante manifestar-se acerca da anulação do Procedimento de Dispensa publicada em 28/12/2020 e dos despachos mais recentes exarados pelos diferentes setores do Ministério da Saúde¹, com base nas razões de fato e direito a seguir.

1. Os fatos relativos ao Processo Administrativo encontram-se detalhados nos diferentes documentos apresentados pela Thermo Fisher. Em resumo, discutiu-se a potencial anulação do Contrato por supostos vícios insanáveis relacionados à aceitação da proposta apresentada pela Thermo Fisher no âmbito do Procedimento de Dispensa que deu origem ao Contrato.
2. Diante da publicação no Diário Oficial da União, em 28/12/2020 do Aviso de Anulação do Procedimento de Dispensa a Thermo Fisher entende ser necessário esclarecer os pontos a seguir.

I. Ausência de concordância com a anulação integral do Procedimento de Dispensa

3. Ao contrário do que alguns documentos emitidos por setores desse Ministério da Saúde no âmbito do Processo Administrativo podem dar a entender, a Thermo Fisher, em momento algum, manifestou-se em concordância com a anulação integral do Procedimento de Dispensa.

¹ Em especial: (i) Despacho SE/GAB/MS de 27/11/2020 – SEI nº 0017831201; (ii) Despacho DLOG/SE/MS de 28/12/2020 – SEI nº 0018346124; e (iii) Despacho DIVAN/COLMER/CGIES/DLOG/SE/MS de 28/12/2020 – SEI nº 0018339155.

4. Ao contrário, a Thermo Fisher manifestou-se, diversas vezes, no sentido de que, embora entenda não haver sido demonstrada a ocorrência de quaisquer vícios insanáveis ao longo Processo Administrativo, não apresentaria oposição à anulação contratual que não gerasse efeitos retroativos à 1ª Parcela Contratual, já entregue pela Thermo Fisher – ou seja, sendo necessário seu regular pagamento².

5. Ou seja, a **Thermo Fisher repetidamente afirmou que não se opunha à anulação parcial do Contrato, dada a necessidade de pagamento regular pela entrega já realizada da 1ª Parcela Contratual.**

6. Inicialmente, e com base no entendimento dos diferentes setores desse Ministério da Saúde, houve o cancelamento parcial da nota de empenho 2020NE800787 referente ao Contrato (“**Nota de Empenho**”), para que o saldo fosse utilizado para o pagamento da 1ª Parcela Contratual.

7. Tal possibilidade foi, inclusive, validada pelo Acórdão nº 4049/2020 do Tribunal de Contas da União, em sessão realizada em 08/12/2020. Inclusive, o Exmo. Ministro Relator do referido acórdão afirmou, em seu voto, acerca do Procedimento de Dispensa que “com a anulação parcial do ajuste, o assunto está superado”.

A Thermo Fisher, porém, foi surpreendida com a inclusão no Processo Administrativo de súbitas e injustificadas determinações de que o saldo remanescente da Nota de Empenho fosse também anulado, deixando o pagamento da 1ª Parcela Contratual para que seja realizado por meio de processo de Reconhecimento de Dívida. Assim, a empresa, em 21/12/2020, apresentou manifestação (“**Manifestação Anterior Thermo Fisher**” SEI nº 0018281822 do processo nº 25000.114385/2020-74) em que demonstrou:

- A absoluta ausência de motivação para a anulação total da Nota de Empenho, em contradição com diversas manifestações anteriores desse próprio Ministério da Saúde;
- A ausência de justificativas plausíveis para a anulação do saldo remanescente da Nota de Empenho, dado que a entrega da 1ª Parcela Contratual foi: (i) regular; (ii) legal; e (iii) reconhecida diversas vezes ao longo do Processo Administrativo, inclusive com a emissão de atesto e encaminhamento das notas fiscais para pagamento. Nesse sentido, repita-se, que o próprio Tribunal de Contas da União validou a possibilidade de anulação apenas parcial do Procedimento de Dispensa; e
- Que a postergação do pagamento para procedimento posterior de reconhecimento de dívida representa agravamento indevido e proposital de situação de inadimplência desse Ministério da

² Além do reconhecimento de ausência de qualquer responsabilidade da Thermo Fisher pelo alegado vício insanável e o respeito a seu direito a receber indenização pelas etapas de execução contratual realizadas e pelos prejuízos incorridos até a data da anulação contratual.

Saúde, vez que trata-se de parcela em atraso desde 13/11/2020, violando o direito líquido e certo da Thermo Fisher a seu recebimento.

8. Assim, a Thermo Fisher requereu “*o pagamento imediato dos valores referentes à 1ª Parcela Contratual, conforme atesto e pedido de providências emitidos pelo Sr. Fiscal de Contrato*”.

9. Não houve, porém, qualquer resposta à Manifestação Anterior Thermo Fisher. Esse foi emitida por esse Ministério da Saúde limitou-se a: (i) publica a anulação total do Procedimento de Dispensa; e (ii) reafirmar que o pagamento da 1ª Parcela Contratual se daria por processo de *reconhecimento de dívida*.

II. Violação ao Devido Processo Legal Substantivo

10. A ausência de resposta à Manifestação Anterior Thermo Fisher antes da publicação da anulação integral do Procedimento de Dispensa viola o direito constitucional ao Devido Processo Legal Substantivo, consubstanciado no direito de defesa e, em específico, o art. 3º, III da Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999), que determina ser um direito do administrado “*formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente*”.

11. A única manifestação constante dos autos do Procedimento Administrativo que poderia ser tida como fazendo referência *indireta e sem menção expressa* à Manifestação Anterior Thermo Fisher se deu em Despacho DLOG/SE/MS (SEI nº 0018346124). Trata-se, no entanto, de documento que não analisa os argumentos apresentados pela Thermo Fisher e, mais importante, que foi assinado às 12:29 do dia 28/12/2020, ou seja, após a publicação da anulação integral do Procedimento de Dispensa.

12. Também em prejuízo ao Devido Processo Legal, chama-se atenção para o fato de que o Processo Administrativo em questão não foi conduzido de forma a oportunizar o adequado direito de defesa da Thermo Fisher, com a inclusão de todos documentos relevantes. Em mais de uma oportunidade, a Thermo Fisher teve de requerer cópias de outros processos administrativos, uma vez que os diferentes despachos faziam referência a documentos que não foram disponibilizados no âmbito do Processo Administrativo.

III. Conclusão

13. Diante da ausência de resposta à Manifestação Anterior Thermo Fisher e da inadimplência desse Ministério da Saúde, requer-se sejam tomadas as medidas necessárias para **o pagamento imediato das notas fiscais emitidas em razão da entrega da 1ª Parcela Contratual**, evitando-se o agravamento da situação da Thermo Fisher, que não recebeu a devida contraprestação pelos fornecimentos já realizados.

14. Ainda, requer-se em paralelo que se inicie o procedimento visando a apurar os direitos indenizatórios da Thermo Fisher relacionados à anulação do contrato, incluindo os custos extraordinários decorrentes, em sua maioria, do cancelamento da 2ª parcela contratual, conforme já indicado pela Thermo Fisher em sua manifestação de 20 de Novembro de 2020.

15. Ressalte-se que o pagamento da 1ª Parcela Contratual deve se dar sem prejuízo de procedimento específico e independente para discussão das outras indenizações cabíveis à Thermo Fisher, nos termos do art. 59 da Lei nº 8.666/1993. A inclusão do pagamento pela 1ª Parcela Contratual em eventual procedimento de discussão acerca de outras indenizações apenas postergaria o pagamento pelo Ministério da Saúde acerca do pagamento de valores líquidos e indiscutíveis, conforme já atestado pelas áreas técnicas.

São Paulo, 05 de janeiro de 2021.

DocuSigned by:

Rodrigo Tavares de Moura

FE253FF095D1435...

**LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA
BIOTECNOLOGIA LTDA**